

# Município de Galvão

Estado de Santa Catarina

Avenida Sete de Setembro, 548 - Centro - 89838-000

CNPJ. 83.009.902/0001-16

## RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO

### PODER EXECUTIVO

#### COMPETÊNCIA: 3º BIMESTRE DE 2021

#### **Art. 5º da Resolução TC-16/94, alterada pela Resolução TC-11/2004**

Dada a sua relevância, o Controle Interno na Administração Pública constitui determinação de índole constitucional. Dispõe o artigo 31 da Constituição Federal que a fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei. Por sua vez o artigo 74 da Magna Carta estabelece que o Sistema de Controle Interno deve ter atuação sistêmica e integrada com o controle externo exercido pelo Poder Legislativo, com apoio do Tribunal de Contas. Veja-se:

Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal que tem por escopo fundamental o equilíbrio das contas públicas, demonstra claramente ser imprescindível a existência e, principalmente, a eficiência do Controle Interno para a consecução de tal desiderato. O artigo 59 da LRF dispõe:

Art. 59. O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público, fiscalizarão o cumprimento das normas desta Lei Complementar, com ênfase no que se refere a:

I - atingimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias;

II - limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar;

III - medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite, nos termos dos arts. 22 e 23;

IV - providências tomadas, conforme o disposto no art. 31, para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites;

V - destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as desta Lei Complementar;

VI - cumprimento do limite de gastos totais dos legislativos municipais, quando houver.

A nível estadual a Lei Orgânica do Tribunal de Contas (Lei Complementar nº 202, de 15 de dezembro de 2000) dispõe sobre o controle interno em seus artigos 60 a 64. Importante salientar o conteúdo do artigo 61 do referido diploma legal:

Art. 61. No apoio ao controle externo, os órgãos integrantes do sistema de controle interno deverão exercer, dentre outras, as seguintes atividades:

I - organizar e executar, por iniciativa própria ou por determinação do Tribunal de Contas do Estado, programação de auditorias contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas sob seu controle, enviando ao Tribunal os respectivos relatórios;

II - realizar auditorias nas contas dos responsáveis sob seu controle, emitindo relatório, certificado de auditoria e parecer; e

III - alertar formalmente a autoridade administrativa competente para que instaure tomada de contas especial sempre que tomar conhecimento de qualquer das ocorrências referidas no caput do art. 10 desta Lei.

No âmbito municipal a instituição, organização, atribuições, atividades e demais disposições relativas ao Sistema de Controle Interno estão estabelecidas na Lei Municipal 417 de 26 de Agosto 2003 . O município estruturou o Controle Interno através do decreto 060 de 01 de Março 2006 , visando dar suporte ao Sistema de Controle Interno Municipal, bem como cumprir o que determina o disposto no artigo 113 da Constituição Federal de 1988, artigo 119 da Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei Complementar Estadual nº 246, de 09 de junho de 2003.

# Município de Galvão

## Estado de Santa Catarina

Avenida Sete de Setembro, 548 - Centro - 89838-000

CNPJ. 83.009.902/0001-16

Em decorrência do disposto na legislação das três esferas de governo que orientam o Sistema de Controle Interno, apresentamos o relatório que segue, objetivando evidenciar os aspectos contábeis, financeiros, orçamentários, patrimoniais, fiscais bem como as ações desenvolvidas pela controladoria deste Município, relativamente ao 3º bimestre de 2021, priorizando-se as demonstrações relativas a:

- Planejamento
- Orçamento Fiscal
- Execução Orçamentária
- Limites Constitucionais e Legais
- Gestão Fiscal
- Gerenciais

Sobre tais aspectos passa-se a evidenciar:

# Município de Galvão

## Estado de Santa Catarina

Avenida Sete de Setembro, 548 - Centro - 89838-000

CNPJ. 83.009.902/0001-16

### PLANEJAMENTO

O planejamento é um dos principais pilares de sustentação da Responsabilidade Fiscal almejada pela Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000, denominada justamente de Lei de Responsabilidade Fiscal. O planejamento na Administração Pública baseia-se na elaboração, acompanhamento e aplicação de três instrumentos legislativos denominados Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). Tais instrumentos estão previstos no artigo 165 da Constituição Federal. Plano Plurianual (PPA) Dispõe o § 1º do artigo 165 da Constituição Federal

#### Plano Plurianual (PPA)

Dispõe o § 1º do artigo 165 da Constituição Federal que a lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. Da mesma forma, no âmbito municipal também tais elementos não de ser observados. O Plano Plurianual estabelece o planejamento das despesas de capital e dos programas de caráter contínuo relativamente aos três últimos ano do mandato e do primeiro ano do mandato seguinte.

O Município dispôs sobre o PPA (Quadriênio 2018/2021 ), através da Lei Municipal nº 879/2017 08/08/2017 , onde estão definidos para o Período, os programas com seus respectivos objetivos, indicadores e montantes de seus recursos a serem aplicados em despesas de capital e outras delas decorrentes e nas despesas de duração continuada, atendendo ao disposto no artigo nº 165, parágrafo 1º da Constituição Federal, na forma exigida pela Lei Complementar nº 101/2000.

#### Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

O § 2º do artigo 165 da Constituição Federal dispõe que **a lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.**

Importante também salientar o disposto no artigo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal que se reporta à LDO:

Art. 4º A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no § 2º do art. 165 da Constituição e:

I - disporá também sobre:

a) equilíbrio entre receitas e despesas;

b) critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea b do inciso II deste artigo, no art. 9º e no inciso II do § 1º do art. 31;

c) (VETADO)

d) (VETADO)

e) normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;

f) demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.

Conforme § 1º do artigo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, a LDO deverá conter ainda o Anexo de Metas Fiscais, e o § 3º do mesmo artigo da LRF determina a elaboração do Anexo de Riscos Fiscais.

O Município definiu as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária do exercício 2021 através da Lei Municipal nº 941/2021 17/08/2021 na forma e conteúdo exigidos pela Lei Complementar nº 101/2000.

#### Lei Orçamentária Anual (LOA)

O § 5º do artigo 165 da Constituição Federal dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual, estabelecendo:

Art. 165..... § 5º -

A lei orçamentária anual compreenderá:

I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

# Município de Galvão

## Estado de Santa Catarina

Avenida Sete de Setembro, 548 - Centro - 89838-000

CNPJ. 83.009.902/0001-16

Sobre a LOA, a Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece em seu artigo 5º: Art. 5º

O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar:

I - conterá, em anexo, demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do documento de que trata o § 1º do art. 4º;

II - será acompanhado do documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;

III - conterá reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, destinada ao:

a) (VETADO)

b) atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

O orçamento para o exercício de 2021 fora aprovado pela Lei Municipal nº 942/2021 04/11/2020, o qual obedeceu ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como os programas, ações e diretrizes definidas no PPA e LDO.

## Ações de Investimentos

Um dos maiores desafios atuais da Administração Pública nas três esferas de governo é aumentar o nível de investimento principalmente em obras de infra-estrutura básica, mediante a redução dos gastos com a manutenção da chamada máquina pública (despesas com pessoal e encargos sociais e despesas de custeio). Isso tudo, sem que haja aumento da carga tributária, já extremamente pesada.

Via de regra, o percentual empregado em investimentos em relação à arrecadação das receitas tributárias é extremamente baixo, tendo como consequência um pesado clima de descontentamento da população que paga seus tributos e não vislumbra a necessária contrapartida dos governos em projetos e ações administrativas para atendimento das necessidades essenciais desta mesma população. Isso é resultado de uma cultura política que prioriza as atividades-meio em detrimento das atividades-fim. O desafio dos administradores públicos é justamente mudar esta prática fazendo com que haja uma melhoria da qualidade do gasto público.

Em relação aos investimentos programados pelo Município no bimestre analisado, tem-se uma análise detalhada no demonstrativo abaixo.

Unidade Gestora: 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE GALVÃO					
Atividade	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
2001 - Manut. das Atividades Legislativas	425.000,00	0,00	0,00	219.105,40	205.894,60
2002 - Subsídio dos Vereadores	390.000,00	0,00	0,00	174.997,62	215.002,38
<b>Total da Unidade</b>	<b>815.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>394.103,02</b>	<b>420.896,98</b>

Unidade Gestora: 02 - MUNICÍPIO DE GALVÃO					
Projeto	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
1051 - Ampliação da Rede Física do Ensino Fundamental	17.000,00	0,00	0,00	0,00	17.000,00
1052 - Aquisição de Veículos - Educação	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
1053 - Ampliação da Rede Física Infantil	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
1054 - Obras de Infraestrutura Social	7.000,00	20.000,00	0,00	11.030,68	15.969,32
1055 - Ampliação da Patrulha Agrícola	32.000,00	138.000,00	0,00	16.425,05	153.574,95

# Município de Galvão

## Estado de Santa Catarina

Avenida Sete de Setembro, 548 - Centro - 89838-000

CNPJ. 83.009.902/0001-16

1056 - Pavimentação de Ruas e Passeios	47.000,00	0,00	0,00	0,00	47.000,00
1057 - Obras de Infraestrutura Urbana	15.000,00	240.000,00	0,00	238.837,20	16.162,80
1058 - Saneamento Básico Geral	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00
1059 - Promoção da Indústria e Comércio	45.268,00	0,00	0,00	0,00	45.268,00
1060 - Aquisição de Máquinas e Veículos	23.102,50	186.416,03	0,00	0,00	209.518,53
1061 - Obras de Infraestrutura Rural	17.000,00	0,00	0,00	0,00	17.000,00
1064 - Apoio ao Sistema Habitacional	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00
<b>Atividade</b>	<b>Previsão</b>	<b>Suplementações</b>	<b>Anulações</b>	<b>Execução</b>	<b>Saldo atual</b>
2003 - Manut. das Ativ. do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito	418.000,00	0,00	0,00	169.224,15	248.775,85
2004 - Manut. das Atividades Administrativas	1.530.300,00	397.324,18	0,00	1.326.434,86	601.189,32
2005 - Manut. da Merenda Escolar	184.551,25	4.677,65	0,00	123.821,50	65.407,40
2006 - Manut. das Ativ. do Ensino Fundamental	3.241.435,25	539.007,15	0,00	1.676.959,55	2.103.482,85
2007 - Apoio ao Ensino Superior	44.000,00	0,00	0,00	0,00	44.000,00
2008 - Apoio a Educação Especial	18.000,00	0,00	0,00	18.000,00	0,00
2009 - Manut. da Educação Infantil - Creches	591.000,00	0,00	0,00	298.698,20	292.301,80
2010 - Manut. da Educação Infantil - Pré-Escolar	655.000,00	0,00	0,00	247.992,99	407.007,01
2011 - Manut. das Ativ. Desenv. Social, Cultura e Esportes	454.000,00	12.000,00	0,00	238.265,31	227.734,69
2012 - Manut. das Atividades Culturais	385.000,00	0,00	0,00	16.574,92	368.425,08
2013 - Manut. das Atividades Esportivas	85.000,00	0,00	0,00	26.310,39	58.689,61
2014 - Manut. das Atividades do FIA	32.000,00	0,00	0,00	13.200,00	18.800,00
2015 - Manut. Funcional da Agricultura	380.000,00	0,00	0,00	259.364,44	120.635,56
2016 - Manut. das Ativ. de Proteção Ambiental	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
2017 - Manut. das Ativ. de Apoio ao Agricultor	505.000,00	100.000,00	0,00	527.969,68	77.030,32

# Município de Galvão

## Estado de Santa Catarina

Avenida Sete de Setembro, 548 - Centro - 89838-000

CNPJ. 83.009.902/0001-16

2018 - Manut. das Ativ. de Infraestrutura	1.816.741,25	419.728,66	200.000,00	1.349.816,50	686.653,41
2019 - Manut. Convenios com a Secretaria de Segurança Pública	54.653,75	15.380,68	0,00	7.550,00	62.484,43
2020 - Manut. do Fundo de Defesa Civil	11.000,00	50.000,00	0,00	30.164,95	30.835,05
2021 - Manut. dos Serviços de Utilidade Pública	337.502,50	60.415,57	0,00	297.449,10	100.468,97
2022 - Amortização da Dívida e Encargos Municipais	696.000,00	0,00	0,00	322.293,11	373.706,89
2023 - Amortização de Precatórios	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00
2039 - Reserva de Contingência	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
<b>Total da Unidade</b>	<b>11.705.554,50</b>	<b>2.182.949,92</b>	<b>200.000,00</b>	<b>7.216.382,58</b>	<b>6.472.121,84</b>

### Unidade Gestora: 03 - FUNDO MUNICIPAL SAÚDE GALVÃO

Projeto	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
1062 - Ampliação da Rede Física da Saúde	14.000,00	0,00	0,00	4.600,00	9.400,00
1063 - Aquisição de Veículos - Saúde	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
Atividade	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
2024 - Manut. das Atividades da Saúde	3.149.409,00	701.900,39	55.000,00	2.221.578,50	1.574.730,89
2026 - Manut. Bloco de Atenção Básica Variável	924.402,75	1.377.757,20	609.585,03	828.213,03	864.361,89
2027 - Manut. Bl. MAC Amb. e Hosp. e Lim. de Financ.	280.000,00	0,00	0,00	176.707,38	103.292,62
2028 - Manut. Bloco de Vigilância em Saúde	41.000,00	0,00	0,00	8.979,16	32.020,84
2029 - Manut. Bloco Assistência Farmacêutica	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
2030 - Manut. Bloco Gestão do SUS	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
2031 - Manut. dos Programas do SUS - Estado	96.468,75	0,00	0,00	16.980,00	79.488,75
<b>Total da Unidade</b>	<b>4.590.280,50</b>	<b>2.079.657,59</b>	<b>664.585,03</b>	<b>3.257.058,07</b>	<b>2.748.294,99</b>

### Unidade Gestora: 04 - FUNDO MUNICIPAL ROT. HABIT. GALVÃO

<b>Total da Unidade</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
-------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------

### Unidade Gestora: 05 - FUNDO MUNICIPAL INFÂNCIA/ADOLESCÊNCIA GALVÃO

<b>Total da Unidade</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
-------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------

### Unidade Gestora: 06 - FUNDO MUNICIPAL DESENV. MUNICIPAL GALVÃO

<b>Total da Unidade</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
-------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------

# Município de Galvão

## Estado de Santa Catarina

Avenida Sete de Setembro, 548 - Centro - 89838-000

CNPJ. 83.009.902/0001-16

Unidade Gestora: 07 - FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL GALVÃO					
Atividade	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
2032 - Manut do Fundo M. de Assistência Social	258.916,00	35.697,29	0,00	113.353,46	181.259,83
2033 - Manut. Bloco PSEMC - FNAS	6.835,50	723,62	0,00	723,62	6.835,50
2034 - Manut. Bloco PSB - FNAS	61.102,50	177.327,21	16.404,91	125.363,41	96.661,39
2035 - Manut. Bloco GBF - FNAS	20.065,50	3.588,71	0,00	2.506,25	21.147,96
2036 - Manut. Bloco GSUAS - FNAS	9.040,50	2.833,11	0,00	400,00	11.473,61
2037 - Manut. dos Programas Sociais - Estado	33.205,00	136.205,66	0,00	1.815,00	167.595,66
<b>Total da Unidade</b>	<b>389.165,00</b>	<b>356.375,60</b>	<b>16.404,91</b>	<b>244.161,74</b>	<b>484.973,95</b>
Unidade Gestora: 08 - FUNDO MUNICIPAL DESENV. AGROP. GALVÃO					
<b>Total da Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Geral</b>	<b>17.500.000,00</b>	<b>4.618.983,11</b>	<b>880.989,94</b>	<b>11.111.705,41</b>	<b>10.126.287,76</b>

## ORÇAMENTO FISCAL

O Orçamento Fiscal do Município aprovado pela Lei Municipal nº 942/2021 04/11/2020, estima a Receita em R\$ 17.500.000,00 e fixa a Despesa em 17.500.000,00. A dotação Reserva de Contingência foi orçada em R\$ 0,00 o que corresponde a 0,00% do orçamento da despesa.

## Alterações Orçamentárias

A Lei Orçamentária Anual (LOA) é um importantíssimo instrumento de planejamento da Administração Pública, promovendo a fixação da despesa e estimando a receita de um exercício financeiro, aprovada pela Câmara de Vereadores até o final da sessão legislativa do ano anterior.

Embora a LOA preveja as dotações orçamentárias para o exercício subsequente, em função das mudanças que ocorrem na execução das ações e projetos durante o exercício em execução, é natural a realização de ajustes e adequações mediante abertura de créditos orçamentários adicionais, os quais podem ser suplementares (destinados a reforços de dotação orçamentária), especiais (destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica) e extraordinários (destinados a despesas urgentes e imprevisíveis).

Para adequação do orçamento do Município às necessidades decorrentes de alterações no planejamento realizado, os atos de alterações orçamentárias editados durante o Período em análise, em cada Unidade Gestora, são demonstrados a seguir:

Unidade Gestora: 03 - FUNDO MUNICIPAL SAÚDE GALVÃO						
Natureza	Operação	Nº Lei	Data	Decreto	Data	Valor
Suplementar	Superávit Financeiro	942	10/11/2020	168	17/05/2021	350.000,00
Suplementar	Suplementação	942	10/11/2020	185	18/06/2021	609.585,03
Suplementar	Anulação	942	10/11/2020	185	18/06/2021	609.585,03
<b>Totais da Unidade</b>						<b>959.585,03</b>

# Município de Galvão

## Estado de Santa Catarina

Avenida Sete de Setembro, 548 - Centro - 89838-000

CNPJ. 83.009.902/0001-16

Unidade Gestora: 02 - MUNICÍPIO DE GALVÃO						
Natureza	Operação	Nº Lei	Data	Decreto	Data	Valor
Suplementar	Superávit Financeiro	942	10/11/2020	169	17/05/2021	132.000,00
Suplementar	Superávit Financeiro	942	10/11/2020	161	12/05/2021	20.000,00
Suplementar	Superávit Financeiro	942	10/11/2020	172	28/05/2021	12.000,00
Suplementar	Suplementação	942	10/11/2020	195	25/06/2021	200.000,00
Suplementar	Anulação	942	10/11/2020	195	25/06/2021	200.000,00
Suplementar	Superávit Financeiro	942	10/11/2020	190	24/06/2021	570.324,18
<b>Totais da Unidade</b>						<b>934.324,18</b>

Unidade Gestora: 07 - FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL GALVÃO						
Natureza	Operação	Nº Lei	Data	Decreto	Data	Valor
Suplementar	Suplementação	942	10/11/2020	184	18/06/2021	16.404,91
Suplementar	Anulação	942	10/11/2020	184	18/06/2021	16.404,91
<b>Totais da Unidade</b>						<b>16.404,91</b>

<b>Total Geral:</b>	<b>1.910.314,12</b>
---------------------	---------------------

Os créditos adicionais abertos até o período analisado atingiram o montante de R\$ 1.990.314,12. Destes, R\$ 1.990.314,12 referem-se a créditos adicionais suplementares. As anulações de dotações totalizaram a importância de R\$ 825.989,94. Assim, temos o seguinte demonstrativo:

Alterações Orçamentárias	No Bimestre	Até o Bimestre
<b>I) Créditos Orçamentários</b>	<b>0,00</b>	<b>17.488.000,00</b>
Ordinários	0,00	17.488.000,00
<b>II) Créditos Adicionais</b>	<b>1.910.314,12</b>	<b>1.990.314,12</b>
Suplementar	1.910.314,12	1.990.314,12
Especial	0,00	0,00
Extraordinário	0,00	0,00
<b>III) Anulações de Créditos</b>	<b>825.989,94</b>	<b>825.989,94</b>
Anulações	825.989,94	825.989,94
<b>IV) Créditos Autorizados (I+II-III)</b>	<b>1.084.324,18</b>	<b>18.652.324,18</b>

Os créditos adicionais realizados conforme demonstra o quadro anterior, tiveram sua origem e autorização na Lei Orçamentária Anual (LOA) e Leis Municipais específicas, de conformidade com o que segue:

Origem dos créditos Autorizados			
Créditos Autorizados (Lei Orçamentária Anual)	Percentual Autorizado	Valor Autorizado	Até o Bimestre
Créditos Autorizados (Lei Orçamentária Anual)	0,00	0,00	0,00 0,00%
Limite Legal - Cumprido			0,00 100,00%
<b>CRÉDITOS AUTORIZADOS (LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA)</b>			<b>Até o Bimestre</b>
Créditos Autorizados (Leis Municipais Específicas)			1.990.314,12

No presente exercício financeiro, em função da necessidade de abertura de créditos adicionais, o orçamento fiscal do Município apresenta o seguinte demonstrativo:



# Município de Galvão

## Estado de Santa Catarina

Avenida Sete de Setembro, 548 - Centro - 89838-000

CNPJ. 83.009.902/0001-16

<b>Receitas</b>	
<b>Receitas Orçamentárias (I)</b>	<b>17.500.000,00</b>
<b>Receitas Correntes</b>	<b>17.472.000,00</b>
Receita Tributária	589.381,25
Receita de Contribuições	176.400,00
Receita Patrimonial	124.174,25
Receita Agropecuária	23.307,50
Receita Industrial	0,00
Receita de Serviços	87.858,75
Transferências Correntes	19.205.572,75
(-) Deduções das Transferências Correntes	-2.814.820,00
Outras Receitas Correntes	80.125,50
<b>Receitas de Capital</b>	<b>28.000,00</b>
Operação de crédito	0,00
Alienação de Bens	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00
Transferências de Capital	28.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00
<b>Receitas Correntes Intra-Orçamentárias</b>	<b>0,00</b>
<b>Receitas De Capital Intra-Orçamentárias</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Geral</b>	<b>17.500.000,00</b>
<b>Despesas</b>	
<b>Despesas Orçamentárias (I)</b>	<b>21.237.993,17</b>
<b>Despesas Correntes</b>	<b>19.033.333,09</b>
Pessoal e Encargos Sociais	9.671.759,93
Juros e Amortização da Dívida	201.000,00
Outras Despesas Correntes	9.160.573,16
<b>Despesas Capital</b>	<b>2.192.660,08</b>
Investimentos	1.910.660,08
Inversões Financeiras	1.000,00
Amortização da Dívida Fundada Interna	281.000,00
<b>Reserva de contingência</b>	<b>12.000,00</b>
Especificacao	0,00
Reserva de Contingencia	12.000,00
<b>Total Geral</b>	<b>21.237.993,17</b>

## EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Execução orçamentária é a utilização dos créditos consignados no Orçamento (fixados originalmente e nos créditos adicionais), visando à realização dos projetos e/ou atividades atribuídos às respectivas unidades orçamentárias.

A Lei Orçamentária Anual (LOA) como importantíssimo instrumento de planejamento e controle juntamente com o PPA e LDO, orienta ao administrador público o caminho que deve percorrer no exercício financeiro em execução em termos de gastos públicos, vinculando-se aos projetos e atividades nela previstos. Ao estabelecer unicamente a previsão da receita e fixar a despesa, há a necessidade de que se tenha o controle da execução do orçamento, fazendo-se com que as

# Município de Galvão

## Estado de Santa Catarina

Avenida Sete de Setembro, 548 - Centro - 89838-000

CNPJ. 83.009.902/0001-16

ações e projetos previstos na LOA sejam desenvolvidos/executados em compatibilidade com a receita efetivamente arrecadada. Isso é em essência o que denomina-se responsabilidade fiscal, ou seja, executar o planejado no orçamento na medida do ingresso da necessária receita.

### Demonstrativo da Execução Orçamentária

A demonstração da execução orçamentária é instrumento imprescindível para o administrador público na tomada de decisões quanto ao andamento das obras, ações e projetos a serem desenvolvidos no exercício. A constatação de superávit ou déficit alerta para a "velocidade" que deve empregar à Administração. Havendo déficit deve "pisar o pé no freio". Havendo superávit estará mais tranquilo e poderá "acelerar" um pouco mais o desenvolvimento das ações administrativas.

No confronto entre a receita efetivamente arrecadada com a despesa empenhada (comprometimento das dotações orçamentárias) Até o Bimestre em análise, verifica-se Superávit de execução orçamentária no valor de R\$ 259.194,83.

Saldo no Exercício anterior	Receita Arrecadada (+)	Despesa Empenhada (-)	Superávit
0,00	11.370.900,24	11.111.705,41	259.194,83

Levando-se em conta a receita arrecadada e a despesa liquidada (aquela em que o material foi entregue, o serviço foi prestado ou obra executada) até o bimestre analisado, nos demonstra Superávit na ordem de R\$ 3.040.838,65.

Saldo no Exercício anterior	Receita Arrecadada (+)	Despesa Liquidada (-)	Superávit (=)
0,00	11.370.900,24	8.330.061,59	3.040.838,65

### Receita Orçamentária por Natureza

A Receita Orçamentária é aquela prevista anualmente na Lei Orçamentária Anual (LOA), decorrente da arrecadação dos tributos de competência originária do Município e das transferências constitucionais e espontâneas da União e do Estado e mesmo as receitas decorrentes de empréstimos junto à instituição financeiras públicas ou privadas. Divide-se em Receitas Correntes (destinadas à cobertura das despesas de custeio/manutenção) e Receitas de Capital (destinadas à cobertura de despesas com investimentos, tais como obras, equipamentos, bens permanentes e outras).

A Receita Orçamentária arrecadada até o bimestre importou em R\$ 11.370.900,24 equivalente a 64.98% do orçamento, conforme fontes abaixo demonstradas:

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			
DESCRIÇÃO	Previsão Atualizada	Arrecadas Até o Bimestre	
Receitas Correntes (I)	17.472.000,00	9.906.940,97	56.70%
Receitas de Capital (II)	28.000,00	1.463.959,27	5228.43%
<b>TOTAL (+II)</b>	<b>17.500.000,00</b>	<b>11.370.900,24</b>	<b>64.98%</b>

### Receita Tributária

Em síntese, Receita Tributária é toda a fonte de renda que deriva da arrecadação estatal de tributos, dos quais são espécies os impostos, as taxas, as contribuições de melhoria, os empréstimos compulsórios e as contribuições especiais.

A Receita Tributária arrecadada até o bimestre importou em R\$ 526.708,81 equivalente a 4.63% do total arrecadado.

# Município de Galvão

## Estado de Santa Catarina

Avenida Sete de Setembro, 548 - Centro - 89838-000

CNPJ. 83.009.902/0001-16

### Receita de Contribuições

São as provenientes das contribuições com vinculação específica para custeio dos regimes de previdência, planos de saúde e cotas provenientes de compensações financeiras.

A Receita de Contribuições arrecadada até o bimestre importou em R\$ 96.905,78 equivalente a 0.85% do total arrecadado.

### Receita Patrimonial

É aquela proveniente do resultado financeiro da utilização do patrimônio (bens mobiliários ou imobiliários), como por exemplo: aluguéis, dividendos, receita oriunda de aplicação financeira, etc.

A Receita Patrimonial arrecadada até o bimestre importou em R\$ 54.270,21 equivalente a 0.48% do total arrecadado.

### Receita Agropecuária

É aquela proveniente da exploração das atividades agropecuárias, como por exemplo: receita da produção vegetal, receita da produção animal e derivados.

A Receita Agropecuária arrecadada até o bimestre importou em R\$ 10.325,53 equivalente a 0.09% do total arrecadado.

### Receita de Serviços

É aquela proveniente de atividades caracterizadas pela prestação de serviços por órgãos e entidades da Administração Pública.

A Receita de Serviços arrecadada até o bimestre importou em R\$ 277,77 equivalente a 0.00% do total arrecadado.

### Transferências Correntes

São recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público de outras esferas de governo ou de direito privado, destinados ao atendimento de despesas correntes.

As Transferências Correntes recebidas até o bimestre importaram em R\$ 9.189.258,50 equivalente a 80.81% do total arrecadado.

### Outras Receitas Correntes

Compreende as receitas de multas e juros de mora, indenizações e restituições, receita da dívida ativa, etc.

Os recursos provenientes de Outras Receitas Correntes arrecadados até o bimestre importaram em R\$ 29.194,37 equivalente a 0.26% do total arrecadado.

### Operações de Crédito

São as decorrentes de operações de crédito tipificadas por origem dos recursos: interna (instituições registradas no país) e externa (instituições fora do país).

A Receita proveniente de Operações de Crédito importou até o bimestre, em R\$ 868.669,27 equivalente a 7.64% do total arrecadado.

# Município de Galvão

## Estado de Santa Catarina

Avenida Sete de Setembro, 548 - Centro - 89838-000

CNPJ. 83.009.902/0001-16

### Alienação de Bens

É aquela decorrente do processo de transferência de domínio de bens móveis e imóveis públicos a terceiros.

A receita proveniente de Alienação de Bens, até o bimestre, importou em R\$ 97.400,00 equivalente a 0.86% do total arrecadado.

### Transferências de Capital

São recursos recebidos de outras pessoas de direito público de outras esferas de governo ou de direito privado, cuja aplicação será para atender as despesas de capital.

As Transferências de Capital recebidas até o bimestre importaram em R\$ 497.890,00 equivalente a 4.38% do total arrecadado.

### Despesa Orçamentária

A Despesa Orçamentária é aquela realizada pela Administração Pública visando a manutenção e o funcionamento dos serviços públicos, bem como, a produção, aquisição ou constituição de bens que integrarão o patrimônio público ou para uso da comunidade, desde que devidamente autorizada por Lei.

O artigo 58 da Lei Federal n. 4.320/64, ressalta que o empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. Ou seja, o empenhamento é o primeiro estágio da execução da despesa.

A despesa empenhada Até o Bimestre importou em R\$ 11.111.705,41, equivalente a 52.32% do orçamento.

ORÇAMENTO ATUALIZADO	DESPESA EMPENHADA	%
21.237.993,17	11.111.705,41	52.32%

Dispõe o artigo 63 da Lei Federal n. 4.320/64:

Art. 63. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

§ 1º Essa verificação tem por fim apurar:

I - a origem e o objeto do que se deve pagar;

II - a importância exata a pagar;

III - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

§ 2º A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base:

I - o contrato, ajuste ou acordo respectivo;

II - a nota de empenho;

III - os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.

A liquidação é a segunda fase da execução da despesa.

A despesa liquidada Até o Bimestre importou em R\$ 8.330.061,59, equivalendo a 74.97% da despesa empenhada.

DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADA	%
11.111.705,41	8.330.061,59	74.97%

A despesa paga é aquela que, tendo sido cumpridos os dois estágios anteriores (empenhamento e liquidação), há o efetivo desembolso dos recursos financeiros do erário público como contrapartida do fornecimento da mercadoria, prestação do serviço ou execução de obra. Ela se perfectibiliza pela emissão da ordem de pagamento.

# Município de Galvão

## Estado de Santa Catarina

Avenida Sete de Setembro, 548 - Centro - 89838-000

CNPJ. 83.009.902/0001-16

A despesa paga Até o Bimestre importou em R\$ 7.852.951,06, equivalente a 94.27% da despesa liquidada.

DESPEZA LIQUIDADADA	DESPEZA PAGA	%
8.330.061,59	7.852.951,06	94.27%

### Execução da Despesa

O demonstrativo a seguir traz a execução das despesas por Órgão de Governo (Unidades Administrativas como Câmara de Vereadores, Secretarias e Fundos Municipais), possibilitando ao Administrador Público o acompanhamento e controle das despesas empenhadas, liquidadas e pagas por tais unidades:

DESPEAS POR ORGÃO DE GOVERNO			
DESCRIÇÃO	Empenhadas	Liquidadas	Pagas
0101 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	394.103,02	346.328,00	345.088,40
0202 - GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO	169.224,15	159.685,08	159.004,64
0203 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO	1.326.434,86	903.651,68	741.430,15
0204 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	2.365.472,24	2.064.393,10	1.994.505,05
0205 - SECRET. MUN. DESENV. SOCIAL, CULTURA E ESPORTES	305.381,30	271.848,44	267.463,61
0206 - SEC. MUN. DESENV. RURAL, AGRICULT E MEIO AMBIENTE	803.759,17	623.882,79	562.799,11
0207 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	1.923.817,75	1.092.304,71	962.301,31
0208 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00
0209 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	322.293,11	290.586,59	290.586,59
0310 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	3.257.058,07	2.420.715,64	2.393.728,50
0711 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	244.161,74	156.665,56	136.043,70
<b>Total</b>	<b>11.111.705,41</b>	<b>8.330.061,59</b>	<b>7.852.951,06</b>

As despesas realizadas, levando-se em conta as funções de governo (objetivos para os quais a administração pública é instituída que, em extrema síntese, é promover o desenvolvimento e bem estar social), ficam assim distribuídas:

DESPEAS POR FUNÇÃO DE GOVERNO			
DESCRIÇÃO	Empenhadas	Liquidadas	Pagas
01 - Legislativa	394.103,02	346.328,00	345.088,40
04 - Administração	1.495.659,01	1.063.336,76	900.434,79
06 - Segurança Pública	37.714,95	32.668,44	2.503,49
08 - Assistência Social	268.392,42	168.896,24	148.274,38
10 - Saúde	3.257.058,07	2.420.715,64	2.393.728,50
12 - Educação	2.365.472,24	2.064.393,10	1.994.505,05
13 - Cultura	254.840,23	245.104,74	241.146,45
15 - Urbanismo	536.286,30	171.618,21	153.266,11
16 - Habitação	0,00	0,00	0,00
17 - Saneamento	0,00	0,00	0,00
18 - Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00
20 - Agricultura	803.759,17	623.882,79	562.799,11
22 - Indústria	0,00	0,00	0,00
26 - Transporte	1.349.816,50	888.018,06	806.531,71
27 - Desporto e Lazer	26.310,39	14.513,02	14.086,48

# Município de Galvão

## Estado de Santa Catarina

Avenida Sete de Setembro, 548 - Centro - 89838-000

CNPJ. 83.009.902/0001-16

28 - Encargos Especiais	322.293,11	290.586,59	290.586,59
99 - Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>11.111.705,41</b>	<b>8.330.061,59</b>	<b>7.852.951,06</b>

## VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

A Magna Carta da República Federativa do Brasil e a legislação infraconstitucional, com o intuito de nortear as ações e projetos de governo, estabelecem limites mínimos na aplicação de recursos públicos (em educação e saúde, por exemplo) e também limites máximos de gastos (como em relação a pessoal). O escopo de tais medidas é de certa forma, reduzir o poder discricionário do administrador público na aplicação dos recursos financeiros oriundos da arrecadação dos tributos, priorizando áreas consideradas essenciais e coibindo abusos.

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabeleceu como condição para o recebimento recursos de convênios, acordos e ajustes (transferência voluntária), o atendimento de várias exigências, dentre elas o cumprimento dos limites constitucionais. Veja-se o disposto no § 1º do artigo 25 da LRF:

Art. 25.....

§ 1º São exigências para a realização de transferência voluntária, além das estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias:

I - existência de dotação específica;

II - (VETADO)

III - observância do disposto no inciso X do art. 167 da Constituição;

IV - comprovação, por parte do beneficiário, de:

a) que se acha em dia quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao ente transferidor, bem como quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dele recebidos;

**b) cumprimento dos limites constitucionais relativos à educação e à saúde;**

c) observância dos limites das dívidas consolidada e mobiliária, de operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, de inscrição em Restos a Pagar e de **despesa total com pessoal**;

d) previsão orçamentária de contrapartida.

Dentre outras atribuições, constitui ação imprescindível do Sistema de Controle Interno o acompanhamento e verificação do cumprimento dos limites constitucionais e legais máximos e mínimos, como condição de eficácia da ação administrativa.

Na sequência, passa-se à análise individualizada destes limites pelo Município, levando-se em consideração a arrecadação da receita e as despesas realizadas, destacando-se:

- Limite mínimo de aplicação em Educação;
- Limites de aplicação dos recursos do FUNDEB;
- Limite mínimo de aplicação em Saúde;
- Limites máximos com despesa de pessoal consolidado e por Poder (Executivo e Legislativo).

## Aplicação de 25% dos Recursos de Impostos e Transferências Constitucionais recebidas na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

O artigo 212 da Constituição Federal estabelece que a União aplicará anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

1 - Receitas	No Bimestre	Até o Bimestre	Aplicação
<b>I) Impostos Municipais</b>	<b>139.856,37</b>	<b>355.036,89</b>	<b>88.759,22</b>
IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano	13.057,97	16.315,76	4.078,94
IRRF - Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	41.324,00	117.219,61	29.304,90
ITBI - Imposto Sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis	18.942,54	36.855,63	9.213,91
ISS - Imposto Sobre Serviços	62.557,03	164.982,16	41.245,54
Multas e Juros de Mora de Impostos	3,26	20,32	5,08
Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Impostos	1.006,40	5.547,34	1.386,84

# Município de Galvão

## Estado de Santa Catarina

Avenida Sete de Setembro, 548 - Centro - 89838-000

CNPJ. 83.009.902/0001-16

Dívida Ativa de Impostos	2.965,17	14.096,07	3.524,02
<b>II) Transferências do Estado</b>	<b>1.164.120,28</b>	<b>3.463.709,67</b>	<b>865.927,42</b>
Cota Parte do ICMS	1.071.047,07	3.203.720,69	800.930,17
Cota Parte do IPVA	78.473,26	214.953,55	53.738,39
Cota Parte do IPI Sobre Exportação	14.599,95	45.035,43	11.258,86
<b>III) Transferências da União</b>	<b>1.598.575,30</b>	<b>4.788.493,31</b>	<b>1.197.123,33</b>
Cota Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	1.598.321,43	4.787.712,01	1.196.928,00
Cota Parte do Imposto Territorial Rural - ITR	253,87	781,30	195,32
Transferência Financeira ICMS - Desoneração - Lei Complementar nº 87/96	0,00	0,00	0,00
Transferências da União Cota-Parte do FPM Complementar	0,00	0,00	0,00
<b>Total de receitas de impostos e transferências(I+II+III)</b>	<b>2.902.551,95</b>	<b>8.607.239,87</b>	<b>2.151.809,97</b>

<b>2 - FUNDEB</b>	<b>No Bimestre</b>	<b>Até o Bimestre</b>
<b>VI) RECEBIMENTO DO FUNDEB</b>	418.745,67	1.304.730,90
Transferências de Recursos do FUNDEB	418.745,67	1.304.730,90
<b>VII) DEDUÇÕES DA RECEITA PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB</b>	<b>-552.538,75</b>	<b>-1.650.439,50</b>
Cota Parte do ICMS	-214.209,27	-640.743,70
Cota Parte do IPVA	-15.694,49	-42.990,22
Cota Parte do IPI Sobre Exportação	-2.920,00	-9.007,09
Cota Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	-319.664,22	-957.542,25
Cota Parte do Imposto Territorial Rural - ITR	-50,77	-156,24
Transferência Financeira ICMS - Desoneração - Lei Complementar nº 87/96	0,00	0,00
<b>VIII) RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSF. DO FUNDEB (VI-VII) - PERDA</b>	<b>-133.793,08</b>	<b>-345.708,60</b>

Até o período analisado, o Município aplicou na manutenção e desenvolvimento do ensino, comparando a Despesa Empenhada o montante de R\$ 2.250.288,73 correspondente a 26.14% da receita proveniente de impostos e transferências, sendo Aplicado à Maior o valor de R\$ 98.478,76 que representa SUPERÁVIT de 1.14% CUMPRINDO o disposto no artigo nº 212 da Constituição Federal.

<b>3 - DESPESAS REALIZADAS (POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO)</b>	<b>No Bimestre</b>	<b>Até o Bimestre</b>
12.361 - Ensino Fundamental	571.346,08	1.676.959,55
12.365 - Educação Infantil	162.063,57	546.691,19
12.366 - Ensino de Jovens e Adultos	0,00	0,00
<b>IX) TOTAL DAS DESPESAS C/ A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO</b>	<b>733.409,65</b>	<b>2.223.650,74</b>

<b>4 - DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL</b>	<b>No Bimestre</b>	<b>Até o Bimestre</b>
0136 - Salário Educação	30.460,03	48.368,38
0144 - Recursos do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	3.672,47	7.641,00
0162 - Transferências de Convênios - Estado/Educação	10.117,80	15.761,13
0336 - Superavit Financeiro Salário Educação	416,95	127.636,02
0344 - Superavit Financeiro PNATE	0,00	20.804,08
0379 - Superavit Financeiro Emendas Parlamentares Impositivas - Transf. do Estado	98.860,00	98.860,00
<b>X) TOTAL DAS DEDUÇÕES/ADIÇÕES</b>	<b>143.527,25</b>	<b>319.070,61</b>

<b>5 - OUTRAS DEDUÇÕES/ADIÇÕES</b>	<b>No Bimestre</b>	<b>Até o Bimestre</b>
<b>XI) TOTAL DAS OUTRAS DEDUÇÕES/ADIÇÕES</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

<b>6 - RESUMO</b>	<b>No Bimestre</b>	<b>Até o Bimestre</b>
-------------------	--------------------	-----------------------

# Município de Galvão

## Estado de Santa Catarina

Avenida Sete de Setembro, 548 - Centro - 89838-000

CNPJ. 83.009.902/0001-16

Receita bruta de Impostos e Transferências(IV)	2.902.551,95	8.607.239,87
Despesas por função/subfunção(IX)	733.409,65	2.223.650,74
Deduções(X+XI)	143.527,25	319.070,61
Resultado líquido da transf. do FUNDEB (VI-VII) - Perda	-133.793,08	-345.708,60
Despesas para efeito de cálculo((IX)-(X+XI+VIII))	723.675,48	2.250.288,73
Mínimo a ser aplicado	725.637,99	2.151.809,97
Aplicado à Maior	-1.962,51	98.478,76
Percentual aplicado	24,93	26,14
Superávit	-0,07	1,14

Até o período analisado, o Município aplicou na manutenção e desenvolvimento do ensino, comparando a Despesa Liquidada o montante de R\$ 2.072.218,49 correspondente a 24.08% da receita proveniente de impostos e transferências, sendo Aplicado à Menor o valor de R\$ 79.591,48 que representa DÉFICIT de 0.92% DESCUMPRINDO o disposto no artigo nº 212 da Constituição Federal.

<b>3 - DESPESAS REALIZADAS (POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO)</b>	<b>No Bimestre</b>	<b>Até o Bimestre</b>
12.361 - Ensino Fundamental	503.701,86	1.442.977,07
12.365 - Educação Infantil	164.765,80	504.702,07
12.366 - Ensino de Jovens e Adultos	0,00	0,00
<b>IX) TOTAL DAS DESPESAS C/ A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO</b>	<b>668.467,66</b>	<b>1.947.679,14</b>

<b>4 - DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL</b>	<b>No Bimestre</b>	<b>Até o Bimestre</b>
0136 - Salário Educação	29.711,32	43.737,34
0144 - Recursos do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	3.473,31	7.441,84
0162 - Transferências de Convênios - Estado/Educação	10.117,80	15.761,13
0336 - Superavit Financeiro Salário Educação	0,00	126.688,86
0344 - Superavit Financeiro PNATE	5.259,16	20.800,08
0379 - Superavit Financeiro Emendas Parlamentares Impositivas - Transf. do Estado	6.740,00	6.740,00
<b>X) TOTAL DAS DEDUÇÕES/ADIÇÕES</b>	<b>55.301,59</b>	<b>221.169,25</b>

<b>5 - OUTRAS DEDUÇÕES/ADIÇÕES</b>	<b>No Bimestre</b>	<b>Até o Bimestre</b>
<b>XI) TOTAL DAS OUTRAS DEDUÇÕES/ADIÇÕES</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

<b>6 - RESUMO</b>	<b>No Bimestre</b>	<b>Até o Bimestre</b>
Receita bruta de Impostos e Transferências(IV)	2.902.551,95	8.607.239,87
Despesas por função/subfunção(IX)	668.467,66	1.947.679,14
Deduções(X+XI)	55.301,59	221.169,25
Resultado líquido da transf. do FUNDEB (VI-VII) - Perda	-133.793,08	-345.708,60
Despesas para efeito de cálculo((IX)-(X+XI+VIII))	746.959,15	2.072.218,49
Mínimo a ser aplicado	725.637,99	2.151.809,97
Aplicado à Menor	21.321,16	-79.591,48
Percentual aplicado	25,73	24,08
Déficit	0,73	-0,92

### Aplicação de 70% dos Recursos do FUNDEB na Valorização dos Profissionais do Magistério da Educação Básica



# Município de Galvão

## Estado de Santa Catarina

Avenida Sete de Setembro, 548 - Centro - 89838-000

CNPJ. 83.009.902/0001-16

Dispõe o inciso XII do artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006 que proporção não inferior a 70% (sessenta por cento) de cada Fundo referido no inciso I do caput deste artigo será destinada ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício.

<b>1 - RECEITAS</b>	<b>No Bimestre</b>	<b>Até o Bimestre</b>	<b>Aplicação</b>
Saldo em bancos, do exercício anterior, vinculados ao FUNDEB (100%)	0,00	0,00	0,00
Remuneração de depósitos bancários vinculados ao FUNDEB	1.630,90	2.135,43	1.494,80
Recursos do FUNDEB recebidos no exercício atual	418.745,67	1.304.730,90	913.311,62
<b>I) Total das receitas para fins de limite</b>	<b>420.376,57</b>	<b>1.306.866,33</b>	<b>914.806,43</b>

Até o período analisado, o Município realizou despesas Empenhadas com a remuneração dos profissionais do magistério no valor de R\$ 819.047,52 correspondente a 62.67% dos recursos do FUNDEB recebidos no exercício. Constata-se uma Aplicação à Menor no montante de R\$ 95.758,98 equivalente a 7.33% , DESCUMPRINDO o estabelecido no artigo 60, § 5º do Ato das Disposições Constitucionais transitórias e no artigo 7º da Lei Federal nº 9.424/96.

<b>2 - DESPESAS</b>	<b>No Bimestre</b>	<b>Até o Bimestre</b>
319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	244.793,39	667.384,23
319013 - Obrigações Patronais	51.563,23	151.642,33
319094 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	20,96	20,96
<b>II) TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>296.377,58</b>	<b>819.047,52</b>

<b>3 - RESUMO</b>	<b>No Bimestre</b>	<b>Até o Bimestre</b>
Receita do FUNDEB Recebida no Exercício (I)	420.376,57	1.306.866,33
Mínimo à ser Aplicado	294.263,59	914.806,50
Despesas para Efeito de Cálculo (II)	296.377,58	819.047,52
Aplicação à Menor	2.113,99	-95.758,98
Percentual Aplicado (II) / (I) x 100	70,50	62,67
Superávit	0,50	-7,33

Até o período analisado, o Município realizou despesas Liquidadas com a remuneração dos profissionais do magistério no valor de R\$ 819.047,52 correspondente a 62.67% dos recursos do FUNDEB recebidos no exercício. Constata-se uma Aplicação à Menor no montante de R\$ 95.758,98 equivalente a 7.33% , DESCUMPRINDO o estabelecido no artigo 60, § 5º do Ato das Disposições Constitucionais transitórias e no artigo 7º da Lei Federal nº 9.424/96.

<b>2 - DESPESAS</b>	<b>No Bimestre</b>	<b>Até o Bimestre</b>
319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	244.793,39	667.384,23
319013 - Obrigações Patronais	51.563,23	151.642,33
319094 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	20,96	20,96
<b>II) TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>296.377,58</b>	<b>819.047,52</b>

<b>3 - RESUMO</b>	<b>No Bimestre</b>	<b>Até o Bimestre</b>
Receita do FUNDEB Recebida no Exercício (I)	420.376,57	1.306.866,33
Mínimo à ser Aplicado	294.263,59	914.806,50
Despesas para Efeito de Cálculo (II)	296.377,58	819.047,52
Aplicação à Menor	2.113,99	-95.758,98
Percentual Aplicado (II) / (I) x 100	70,50	62,67
Superávit	0,50	-7,33

# Município de Galvão

## Estado de Santa Catarina

Avenida Sete de Setembro, 548 - Centro - 89838-000

CNPJ. 83.009.902/0001-16

### Aplicação de 90% dos Recursos do FUNDEB

Estabelece o artigo 21 da Lei Federal nº 11.494/2007 que regulamenta o FUNDEB:

Art. 21. Os recursos dos Fundos, inclusive aqueles oriundos de complementação da União, serão utilizados pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, no exercício financeiro em que lhes forem creditados, em ações consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino para a educação básica pública, conforme disposto no art. 70 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

§ 1º Os recursos poderão ser aplicados pelos Estados e Municípios indistintamente entre etapas, modalidades e tipos de estabelecimento de ensino da educação básica nos seus respectivos âmbitos de atuação prioritária, conforme estabelecido nos §§ 2º e 3º do art. 211 da Constituição Federal.

§ 2º Até 5% (cinco por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do § 1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º (primeiro) trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.

Pela previsão contida no § 2º do artigo 21 supra, conclui-se que o Município deve aplicar, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) dos recursos do FUNDEB dentro do próprio exercício financeiro em que ocorre a arrecadação.

<b>1 – RECEITAS</b>	<b>No Bimestre</b>	<b>Até o Bimestre</b>	<b>Aplicação</b>
Recursos do FUNDEB recebidos no exercício atual	418.745,67	1.304.730,90	1.174.257,75
Remuneração de depósitos bancários vinculados ao FUNDEB	1.630,90	2.135,43	1.921,89
<b>I) TOTAL DAS RECEITAS PARA FINS DE LIMITE</b>	<b>420.376,57</b>	<b>1.306.866,33</b>	<b>378.338,91</b>

Até o período analisado considerando a despesa Empenhada, o Município aplicou na manutenção e desenvolvimento da educação básica o valor de R\$ 911.008,60 equivalente a 69.71% dos recursos do FUNDEB recebidos no exercício. Constata-se uma aplicação que fora Aplicado à menor o montante de R\$ 265.171,15 o qual corresponde a 20.29% ,abaixo do limite mínimo de 95%, DESCUMPRINDO o disposto no artigo 21 da Lei Federal nº 11.494/2007.

<b>2 - FUNDEB 70%</b>	<b>No Bimestre</b>	<b>Até o Bimestre</b>
319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	244.793,39	667.384,23
319013 - Obrigações Patronais	51.563,23	151.642,33
319094 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	20,96	20,96
<b>II) TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>296.377,58</b>	<b>819.047,52</b>

<b>3 - FUNDEB 30%</b>	<b>No Bimestre</b>	<b>Até o Bimestre</b>
319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	76.177,60	76.177,60
319013 - Obrigações Patronais	15.618,15	15.618,15
319016 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	165,33	165,33
<b>II) TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>91.961,08</b>	<b>91.961,08</b>

<b>4 - RESUMO</b>	<b>No Bimestre</b>	<b>Até o Bimestre</b>
Receita do FUNDEB Recebida no Exercício (I)	420.376,57	1.306.866,33
Mínimo a ser Aplicado	378.338,91	1.176.179,75
Despesas para Efeito de Cálculo (II+III)	388.338,66	911.008,60
Aplicado à menor	9.999,75	-265.171,15
Percentual Aplicado (II+III) / (I) x 100	92,38	69,71
Déficit	2,38	-20,29

Até o período analisado considerando a despesa Liquidada, o Município aplicou na manutenção e desenvolvimento da educação básica o valor de R\$ 911.008,60 equivalente a 69.71% dos recursos do FUNDEB recebidos no exercício. Constata-se uma aplicação que fora Aplicado à menor o montante de R\$ 265.171,15 o qual corresponde a 20.29% ,abaixo do limite mínimo de 95%, DESCUMPRINDO o disposto no artigo 21 da Lei Federal nº 11.494/2007.

# Município de Galvão

## Estado de Santa Catarina

Avenida Sete de Setembro, 548 - Centro - 89838-000

CNPJ. 83.009.902/0001-16

<b>2 - FUNDEB 70%</b>	<b>No Bimestre</b>	<b>Até o Bimestre</b>
319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	244.793,39	667.384,23
319013 - Obrigações Patronais	51.563,23	151.642,33
319094 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	20,96	20,96
<b>II) TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>296.377,58</b>	<b>819.047,52</b>

<b>3 - FUNDEB 30%</b>	<b>No Bimestre</b>	<b>Até o Bimestre</b>
319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	76.177,60	76.177,60
319013 - Obrigações Patronais	15.618,15	15.618,15
319016 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	165,33	165,33
<b>II) TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>91.961,08</b>	<b>91.961,08</b>

<b>4 - RESUMO</b>	<b>No Bimestre</b>	<b>Até o Bimestre</b>
Receita do FUNDEB Recebida no Exercício (I)	420.376,57	1.306.866,33
Mínimo a ser Aplicado	378.338,91	1.176.179,75
Despesas para Efeito de Cálculo (II+III)	388.338,66	911.008,60
Aplicado à menor	9.999,75	-265.171,15
Percentual Aplicado (II+III) / (I) x 100	92,38	69,71
Déficit	2,38	-20,29

## Aplicação de Recursos em Saúde 15%

Dispõe o Artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) que até **o exercício financeiro de 2004, os recursos mínimos aplicados nas ações e serviços públicos de saúde serão equivalentes:**

**III - no caso dos Municípios e do Distrito Federal, quinze por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º.**

Atualmente o percentual mínimo de aplicação já está consolidado em 15% da receita do Município.

<b>1 - RECEITAS</b>	<b>No Bimestre</b>	<b>Até o Bimestre</b>	<b>Aplicação</b>
<b>I) Impostos Municipais</b>	<b>139.856,37</b>	<b>355.036,89</b>	<b>53.255,53</b>
IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano	13.057,97	16.315,76	2.447,36
IRRF - Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	41.324,00	117.219,61	17.582,94
ITBI - Imposto Sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis	18.942,54	36.855,63	5.528,34
ISS - Imposto Sobre Serviços	62.557,03	164.982,16	24.747,32
Multas e Juros de Mora de Impostos	3,26	20,32	3,05
Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Impostos	1.006,40	5.547,34	832,10
Dívida Ativa de Impostos	2.965,17	14.096,07	2.114,41
<b>II) Transferências do Estado</b>	<b>1.164.120,28</b>	<b>3.463.709,67</b>	<b>519.556,45</b>
Cota Parte do ICMS	1.071.047,07	3.203.720,69	480.558,10
Cota Parte do IPVA	78.473,26	214.953,55	32.243,03
Cota Parte do IPI Sobre Exportação	14.599,95	45.035,43	6.755,31
<b>III) Transferências da União</b>	<b>1.598.575,30</b>	<b>4.788.493,31</b>	<b>718.274,00</b>
Cota Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	1.598.321,43	4.787.712,01	718.156,80
Cota Parte do Imposto Territorial Rural - ITR	253,87	781,30	117,20
Transferência Financeira ICMS - Desoneração - Lei Complementar nº 87/96	0,00	0,00	0,00

# Município de Galvão

## Estado de Santa Catarina

Avenida Sete de Setembro, 548 - Centro - 89838-000

CNPJ. 83.009.902/0001-16

<b>IV) TOTAL DAS RECEITAS (I+II+III)</b>	<b>2.902.551,95</b>	<b>8.607.239,87</b>	<b>1.291.085,98</b>
<b>V) TOTAL À SER APLICADO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE</b>			<b>1.291.085,98</b>

Até o período em análise foram empenhadas despesas em ações e serviços públicos de saúde na ordem de R\$ 2.019.842,07 correspondente a 23.47% das receitas provenientes de impostos e transferências, resultando em uma Aplicação à maior no valor de R\$ 728.756,09 equivalente a 8.47% ,acima do limite mínimo. Verifica-se o CUMPRIMENTO do disposto no artigo nº 198 da Constituição Federal e § 1º do artigo 77 do Ato das Disposições constitucionais transitórias - ADCT.

<b>2 - DESPESAS REALIZADAS (PORFUNÇÃO/SUBFUNÇÃO)</b>	<b>No Bimestre</b>	<b>Até o Bimestre</b>
10.301 - Atenção Básica	987.668,02	3.071.371,53
10.302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	19.898,01	176.707,38
10.303 - Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00
10.304 - Vigilância Sanitária	3.083,62	8.979,16
10.305 - Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00
<b>VI) TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE</b>	<b>1.010.649,65</b>	<b>3.257.058,07</b>

<b>3 - DEDUÇÕES</b>	<b>No Bimestre</b>	<b>Até o Bimestre</b>
0138 - Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS/União	138.942,59	685.387,91
0167 - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado	980,00	16.980,00
0338 - Transferência Sistema Único de Saúde - SUS/união Superavit	260.298,76	328.511,66
0352 - COVID - 19 - Recursos Ações Saúde e Assistência Social	0,00	1.595,75
0363 - Superavit Convênios Estado	21.475,59	21.475,59
0378 - Superavit Emenda	0,00	183.209,79
0163 - Transferências de Convênios - Estado/Saúde	55,30	55,30
<b>VII) TOTAL DAS DEDUÇÕES</b>	<b>421.752,24</b>	<b>1.237.216,00</b>

<b>4 - OUTRAS DEDUÇÕES</b>	<b>No Bimestre</b>	<b>Até o Bimestre</b>
<b>VIII) TOTAL DAS OUTRAS DEDUÇÕES</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

<b>5 - RESUMO</b>	<b>No Bimestre</b>	<b>Até o Bimestre</b>
Receita Bruta de Impostos e Transferências (IV)	2.902.551,95	8.607.239,87
Despesas por Função/Subfunção (VI)	1.010.649,65	3.257.058,07
Deduções (VII+VIII)	421.752,24	1.237.216,00
Despesas Para Efeito de Cálculo (VI) - (VII+VIII)	588.897,41	2.019.842,07
Mínimo a ser aplicado	435.382,79	1.291.085,98
Aplicação à maior	153.514,62	728.756,09
Percentual Aplicado (VI) - (VII + VIII) / (IV) x 100	20,29	23,47
Superávit	5,29	8,47

Até o período em análise foram liquidadas despesas em ações e serviços públicos de saúde na ordem de R\$ 1.441.428,09 correspondente a 16.75% das receitas provenientes de impostos e transferências, resultando em uma Aplicação à maior no valor de R\$ 150.342,11 equivalente a 1.75% ,acima do limite mínimo. Verifica-se o CUMPRIMENTO do disposto no artigo nº 198 da Constituição Federal e § 1º do artigo 77 do Ato das Disposições constitucionais transitórias - ADCT.

<b>2 - DESPESAS REALIZADAS (PORFUNÇÃO/SUBFUNÇÃO)</b>	<b>No Bimestre</b>	<b>Até o Bimestre</b>
10.301 - Atenção Básica	828.605,35	2.258.866,06
10.302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	48.417,95	155.227,32

# Município de Galvão

## Estado de Santa Catarina

Avenida Sete de Setembro, 548 - Centro - 89838-000

CNPJ. 83.009.902/0001-16

10.303 - Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00
10.304 - Vigilância Sanitária	4.545,43	6.622,26
10.305 - Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00
<b>VI) TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE</b>	<b>881.568,73</b>	<b>2.420.715,64</b>

<b>3 - DEDUÇÕES</b>	<b>No Bimestre</b>	<b>Até o Bimestre</b>
0138 - Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS/União	192.794,03	643.468,41
0167 - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado	4.980,00	8.980,00
0338 - Transferência Sistema Único de Saúde - SUS/união Superavit	119.465,29	186.864,36
0352 - COVID - 19 - Recursos Ações Saúde e Assistência Social	398,30	1.396,60
0363 - Superavit Convênios Estado	21.475,59	21.475,59
0378 - Superavit Emenda	0,00	117.047,29
0163 - Transferências de Convênios - Estado/Saúde	55,30	55,30
<b>VII) TOTAL DAS DEDUÇÕES</b>	<b>339.168,51</b>	<b>979.287,55</b>

<b>4 - OUTRAS DEDUÇÕES</b>	<b>No Bimestre</b>	<b>Até o Bimestre</b>
<b>VIII) TOTAL DAS OUTRAS DEDUÇÕES</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

<b>5 - RESUMO</b>	<b>No Bimestre</b>	<b>Até o Bimestre</b>
Receita Bruta de Impostos e Transferências (IV)	2.902.551,95	8.607.239,87
Despesas por Função/Subfunção (VI)	881.568,73	2.420.715,64
Deduções (VII+VIII)	339.168,51	979.287,55
Despesas Para Efeito de Cálculo (VI) - (VII+VIII)	542.400,22	1.441.428,09
Mínimo a ser aplicado	435.382,79	1.291.085,98
Aplicação à maior	107.017,43	150.342,11
Percentual Aplicado (VI) - (VII + VIII) / (IV) x 100	18,69	16,75
Superávit	3,69	1,75

## Receita Corrente Líquida do Município

O inciso IV do artigo 2º da Lei de Responsabilidade Fiscal define receita corrente líquida como o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos:

- na União, os valores transferidos aos Estados e Municípios por determinação constitucional ou legal, e as contribuições mencionadas na alínea a do inciso I e no inciso II do art. 195, e no art. 239 da Constituição;**
- nos Estados, as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional;**
- na União, nos Estados e nos Municípios, a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do art. 201 da Constituição.**

Considerando as receitas correntes arrecadadas nos últimos doze meses, a receita corrente líquida do Município somou a importância de R\$ 20.191.309,42, resultando em um valor médio mensal de R\$ 1.682.609,11 .

<b>1 - RECEITAS CORRENTES</b>	<b>No Bimestre</b>	<b>%</b>	<b>No Exercício</b>	<b>%</b>	<b>Acumulado</b>	<b>%</b>
Receita Tributária	205.351,42	5,28	526.708,81	4,56	1.155.381,50	4,99
Receita de Contribuições	35.070,41	0,90	96.905,78	0,84	169.433,34	0,73
Receita Patrimonial	26.749,89	0,69	54.270,21	0,47	75.022,79	0,32
Receita Agropecuária	4.173,91	0,11	10.325,53	0,09	13.721,66	0,06
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

# Município de Galvão

## Estado de Santa Catarina

Avenida Sete de Setembro, 548 - Centro - 89838-000

CNPJ. 83.009.902/0001-16

Receita de Serviços	0,00	0,00	277,77	0,00	66.531,91	0,29
Transferências Correntes	3.610.768,56	92,88	10.839.698,00	93,79	21.638.246,78	93,43
Outras Receitas Correntes	5.590,57	0,14	29.194,37	0,25	42.101,32	0,18
<b>I) TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>3.887.704,76</b>	<b>100</b>	<b>11.557.380,47</b>	<b>100</b>	<b>23.160.439,30</b>	<b>100</b>

2 - DEDUÇÕES	No Bimestre	%	No Exercício	%	Acumulado	%
Dedução da Receita para Formação do FUNDEB (-)	-552.538,75	0,00	-1.650.439,50	0,00	-2.969.129,88	0,00
<b>II) TOTAL DAS DEDUÇÕES</b>	<b>-552.538,75</b>	<b>100</b>	<b>-1.650.439,50</b>	<b>100</b>	<b>-2.969.129,88</b>	<b>100</b>

3 - RECEITAS CORRENTE LÍQUIDA	No Bimestre	%	No Exercício	%	Acumulado	%
Receita (I-II)	3.335.166,01	16,52	9.906.940,97	49,07	20.191.309,42	100
Média da Receita Corrente Líquida Arrecadada nos Últimos 12 Meses					1.682.609,11	8,33

## Despesa com Pessoal (Consolidado)

Dispõe o artigo 19 da Lei de Responsabilidade Fiscal:

Art. 19. Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada Bimestre de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

- I - União: 50% (cinquenta por cento);
- II - Estados: 60% (sessenta por cento);
- III - Municípios: 60% (sessenta por cento).

O artigo 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal dispõe que:

Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

(.....)

III - na esfera municipal:

- a) 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver;
- b) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

O parágrafo único do artigo 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece como limite prudencial o valor de gastos com pessoal até o limite de 95% do percentual máximo estabelecido. Ultrapassado o limite prudencial medidas de contenção de gastos deverão ser adotadas. Veja-se a redação do mencionado parágrafo único do artigo 22 da LRF:

**Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso:**

**I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;**

**II - criação de cargo, emprego ou função;**

**III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;**

**IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;**

**V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.**

A despesa líquida com pessoal do Município de Galvão realizada nos últimos doze meses no valor de R\$ 9.182.065,45, equivalendo a 45,48% da receita corrente líquida arrecadada neste período. Verifica-se o CUMPRIMENTO do disposto no artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, o qual estabelece para este fim, limite prudencial e máximo de 57 e 60% respectivamente.

1 - DESPESA BRUTA COM PESSOAL	No Bimestre	No Exercício	Acumulado
<b>I) Pessoal Ativo</b>	<b>1.490.247,65</b>	<b>4.398.443,65</b>	<b>9.240.721,21</b>
317170 - Rateio pela Participação em Consórcio Público	13.005,65	38.606,88	46.484,88

# Município de Galvão

## Estado de Santa Catarina

Avenida Sete de Setembro, 548 - Centro - 89838-000

CNPJ. 83.009.902/0001-16

319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.154.950,32	3.395.691,69	7.054.153,60
319013 - Obrigações Patronais	250.755,79	736.513,64	1.517.398,85
319016 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	37.561,67	119.959,11	227.059,07
319034 - Outras Despesas Decorrentes de Contratos de Terceirização	19.990,48	79.961,92	319.847,68
319091 - Sentenças Judiciais	0,00	0,00	0,00
319092 - Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00
319094 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	13.983,74	27.710,41	75.777,13
13ª Salario 06 meses 2016	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados	0,00	0,00	0,00
<b>II) Pessoal Inativo e Pensionistas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>17.121,37</b>
319001 - Aposentadoria e reformas	0,00	0,00	17.121,37
310000- 13ª salario 06 meses 2015	0,00	0,00	0,00
319005 - Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
<b>III) Total Despesa Bruta com Pessoal (I+II)</b>	<b>1.490.247,65</b>	<b>4.398.443,65</b>	<b>9.257.842,58</b>

<b>2 - Despesas Não Computadas</b>	<b>No Bimestre</b>	<b>No Exercício</b>	<b>Acumulado</b>
319091 - Decorrentes de decisão judicial	0,00	0,00	0,00
319092 - Despesas de exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00
319094 - Indenização por demissão e incentivo a demissão voluntária	13.983,74	27.710,41	75.777,13
<b>IV) Total Despesas Não Computadas</b>	<b>13.983,74</b>	<b>27.710,41</b>	<b>75.777,13</b>

<b>3 - DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL</b>	
Receita corrente líquida Arrecadada nos últimos 12 Meses (RCL)	20.189.259,98
Limite prudencial - 57%	11.507.878,19
Limite máximo - 60%	12.113.555,99
Despesa bruta com pessoal (III)	9.257.842,58
Despesas não computadas (IV)	75.777,13
Despesa líquida com pessoal (III) - (IV)	9.182.065,45
Percentual aplicado em despesas com pessoal	45,48
Limite prudencial (57%)	2.325.812,74
Limite máximo (60%)	2.931.490,54

## Despesas com Pessoal do Poder Executivo

Como visto, o limite das despesas com pessoal do Poder Executivo foi fixado em 54% (cinquenta e quatro por cento) da receita corrente líquida, sendo o limite prudencial de 51,3% (cinquenta e um vírgula três por cento).

A despesa líquida com pessoal realizada pelo Poder Executivo nos últimos doze meses no valor de R\$ 8.865.708,06, equivale a 43,91% da receita corrente líquida arrecadada neste período, CUMPRINDO desta forma, os limites dispostos no artigo nº 20, III, alínea 'a' da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.

<b>1 - DESPESA BRUTA COM PESSOAL</b>	<b>No Bimestre</b>	<b>No Exercício</b>	<b>Acumulado</b>
<b>I) Pessoal Ativo</b>	<b>1.490.247,65</b>	<b>4.398.443,65</b>	<b>8.924.363,82</b>
317170 - Rateio pela Participação em Consórcio Público	13.005,65	38.606,88	46.484,88
319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.154.950,32	3.395.691,69	6.792.640,24
319013 - Obrigações Patronais	250.755,79	736.513,64	1.462.554,82
319016 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	37.561,67	119.959,11	227.059,07
319034 - Outras Despesas Decorrentes de Contratos de Terceirização	19.990,48	79.961,92	319.847,68

# Município de Galvão

## Estado de Santa Catarina

Avenida Sete de Setembro, 548 - Centro - 89838-000

CNPJ. 83.009.902/0001-16

319091 - Sentenças Judiciais	0,00	0,00	0,00
319092 - Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00
319094 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	13.983,74	27.710,41	75.777,13
13ª Salario 06 meses 2016	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados	0,00	0,00	0,00
<b>II) Pessoal Inativo e Pensionistas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>17.121,37</b>
319001 - Aposentadoria e reformas	0,00	0,00	17.121,37
310000- 13ª salario 06 meses 2015	0,00	0,00	0,00
319005 - Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
<b>III) Total Despesa Bruta com Pessoal (I+II)</b>	<b>1.490.247,65</b>	<b>4.398.443,65</b>	<b>8.941.485,19</b>

<b>2 - Despesas Não Computadas</b>	<b>No Bimestre</b>	<b>No Exercício</b>	<b>Acumulado</b>
319091 - Decorrentes de decisão judicial	0,00	0,00	0,00
319092 - Despesas de exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00
319094 - Indenização por demissão e incentivo a demissão voluntária	13.983,74	27.710,41	75.777,13
<b>IV) Total Despesas Não Computadas</b>	<b>13.983,74</b>	<b>27.710,41</b>	<b>75.777,13</b>

<b>3 - DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL</b>	
Receita corrente líquida Arrecadada nos últimos 12 Meses (RCL)	20.189.259,98
Limite prudencial - 51,30%	10.357.090,37
Limite máximo - 54%	10.902.200,39
Despesa bruta com pessoal (III)	8.941.485,19
Despesas não computadas (IV)	75.777,13
Despesa líquida com pessoal (III) - (IV)	8.865.708,06
Percentual aplicado em despesas com pessoal	43,91
Limite prudencial (51,30%)	1.491.382,31
Limite máximo (54%)	2.036.492,33

## Despesas com Pessoal do Poder Legislativo

O limite de despesas com pessoal do Poder Legislativo está fixado em 6% (seis por cento) da receita corrente líquida, com limite prudencial de 5,7% (cinco vírgula sete por cento).

A despesa líquida com pessoal realizada pelo Poder Legislativo nos últimos doze meses no valor de R\$ 316.357,39, equivale a 1,57% da receita corrente líquida arrecadada neste período, verifica-se o CUMPRIMENTO, do disposto no artigo nº 20, III, alínea 'a' da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.

<b>1 - DESPESA BRUTA COM PESSOAL</b>	<b>No Bimestre</b>	<b>No Exercício</b>	<b>Acumulado</b>
<b>I) Pessoal Ativo</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>316.357,39</b>
319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0,00	0,00	261.513,36
319013 - Obrigações Patronais	0,00	0,00	54.844,03
319034 - Outras Despesas Decorrentes de Contratos de Terceirização	0,00	0,00	0,00
13ª Salario 06 meses 2016	0,00	0,00	0,00
<b>II) Pessoal Inativo e Pensionistas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
319001 - Aposentadoria e reformas	0,00	0,00	0,00
310000- 13ª salario 06 meses 2015	0,00	0,00	0,00
319005 - Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
<b>III) Total Despesa Bruta com Pessoal (I+II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>316.357,39</b>



# Município de Galvão

## Estado de Santa Catarina

Avenida Sete de Setembro, 548 - Centro - 89838-000

CNPJ. 83.009.902/0001-16

2 - Despesas Não Computadas	No Bimestre	No Exercício	Acumulado
319091 - Decorrentes de decisão judicial	0,00	0,00	0,00
319092 - Despesas de exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00
319094 - Indenização por demissão e incentivo a demissão voluntária	0,00	0,00	0,00
<b>IV) Total Despesas Não Computadas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

3 - DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL	
Receita corrente líquida Arrecadada nos últimos 12 Meses (RCL)	20.189.259,98
Limite prudencial - 5,70%	1.150.787,82
Limite máximo - 6%	1.211.355,60
Despesa bruta com pessoal (III)	316.357,39
Despesas não computadas (IV)	0,00
Despesa líquida com pessoal (III) - (IV)	316.357,39
Percentual aplicado em despesas com pessoal	1,57
Limite prudencial (5,70%)	834.430,43
Limite máximo (6%)	894.998,21

## GESTÃO FISCAL DO PODER EXECUTIVO

### Metas Bimestrais de Arrecadação

Dispõe o artigo 13 da Lei de Responsabilidade Fiscal que no prazo previsto no art. 8º (até 30 dias após a publicação dos orçamentos), as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

O referido diploma legal estabelece em seu artigo 11 que constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão **efetiva arrecadação de todos os tributos** da competência constitucional do ente da Federação.

Resta claro que, além do efusivo controle das despesas, é dever do Administrador Público promover o acompanhamento da receita prevista, zelando pelo equilíbrio entre uma e outra. Objetivando racionalizar tal controle a mesma LRF estabeleceu nos artigos 8º e 13, respectivamente:

Art.8º. Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea 'c' do inciso I do art. 4º, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

Art. 13. No prazo previsto no art. 8o, as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

Até o Bimestre analisado, a meta bimestral de arrecadação foi atingida com a arrecadação de R\$ 11.370.900,24 o que representa 135.38% da receita prevista no montante de R\$ 8.399.007,50.

Período	Previstas	Realizadas	
1º Bimestre	2.853.400,00	3.204.367,49	112.30 %
2º Bimestre	2.770.900,00	3.367.407,47	121.53 %
3º Bimestre	2.774.707,50	4.799.125,28	172.96 %
4º Bimestre	0,00	0,00	0.00 %

# Município de Galvão

## Estado de Santa Catarina

Avenida Sete de Setembro, 548 - Centro - 89838-000

CNPJ. 83.009.902/0001-16

5º Bimestre	0,00	0,00	0.00 %
6º Bimestre	0,00	0,00	0.00 %
<b>TOTAL</b>	<b>8.399.007,50</b>	<b>11.370.900,24</b>	<b>135.38 %</b>

### Cronograma de Execução Mensal de Desembolso

Estabelece o artigo 8o da Lei de Responsabilidade Fiscal que até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea c do inciso I do art. 4o, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso

Este compreende a efetiva apropriação das dotações consignadas na lei orçamentária aos programas, projetos e ações previstas pela administração e fundos especiais, de conformidade com a previsão de arrecadação e disponibilidade de caixa, uma vez que esta (a arrecadação) não é aritmética, mas sim variável. Além disso deve-se levar em conta as chamadas despesas fixas e as prioridades em termos de projetos de investimento.

Da análise do previsto no cronograma de execução mensal de desembolso e os recursos financeiros efetivamente gastos tem-se o seguinte demonstrativo:

Período	Previstas	Realizadas	
1º Bimestre	2.726.563,50	2.327.649,47	85.37 %
2º Bimestre	2.861.500,00	2.873.678,65	100.43 %
3º Bimestre	2.780.500,00	3.128.733,47	112.52 %
4º Bimestre	0,00	0,00	0.00 %
5º Bimestre	0,00	0,00	0.00 %
6º Bimestre	0,00	0,00	0.00 %
<b>TOTAL</b>	<b>8.368.563,50</b>	<b>8.330.061,59</b>	<b>99.54 %</b>

### Metas Fiscais

Além da importantíssima tarefa de criar na Administração Pública o exercício do Planejamento e aplicação correta dos recursos públicos (eficiência do gasto público), a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) traz em seu bojo, como escopo, a efetiva promoção da arrecadação tributária como forma de promover o equilíbrio entre receitas e despesas. Tal tarefa se processa mediante o combate constante à sonegação e demais crimes que afrontam a ordem tributária, bem como o combate à anistia, isenção e outras artimanhas que levam à redução dos valores a que fazem jus as fazendas públicas a título de tributos.

O § 1o do artigo 4º da LRF, determina que, em anexo à LDO, deverá ser encaminhado o Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

Além de ferramenta de controle da gestão financeira da Administração Pública o Anexo de Metas Fiscais é relevante instrumento de controle social pelos administrados uma vez que, publicados de forma compreensível (como é desejo da LRF) possibilitam a fiscalização e o efetivo acompanhamento das metas, apresentadas nas audiências públicas.

Saliente-se que o resultado primário e nominal também são estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais que deve acompanhar a LDO. O artigo 9o da LRF preconiza que se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

# Município de Galvão

## Estado de Santa Catarina

Avenida Sete de Setembro, 548 - Centro - 89838-000  
CNPJ. 83.009.902/0001-16

Na sequência serão analisadas, de forma individualizada, as metas fiscais estabelecidas no anexo que acompanha a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

### Meta Fiscal da Receita

É dever do Administrador Público manter constante vigilância sobre o comportamento da receita para que possa conduzir as ações governamentais com segurança, mantendo o equilíbrio ou superávit desta (receita) em relação à despesa. Nisso reside a essência da Responsabilidade Fiscal.

Da análise comparativa entre a receita prevista estabelecida na LDO e a efetivamente arrecadada até o bimestre analisado, a meta fiscal da receita foi atingida, sendo arrecadadas receitas na ordem de R\$ 10.340.224,22 o que representou 0.00% da receita prevista.

Período	Previstas	Realizadas	
1º Bimestre	0,00	3.194.248,17	0.00 %
2º Bimestre	0,00	3.343.854,85	0.00 %
3º Bimestre	0,00	3.802.121,20	0.00 %
4º Bimestre	0,00	0,00	0.00 %
5º Bimestre	0,00	0,00	0.00 %
6º Bimestre	0,00	0,00	0.00 %
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>10.340.224,22</b>	<b>0.00 %</b>

### Meta Fiscal da Despesa

No mesmo sentido, não pode o Administrador Público deixar de ter constante controle sobre o comportamento da despesa sob pena de se configurar o odioso déficit financeiro, caso esta (a despesa) superar a receita.

Promovendo-se o comparativo da despesa prevista na LDO com a efetivamente realizada até o bimestre analisado, a meta fiscal da despesa foi atingida sendo realizadas o montante de R\$ 7.892.835,57 o que representou 0.00% da despesa fixada.

Período	Previstas	Realizadas	
1º Bimestre	0,00	2.220.848,33	0.00 %
2º Bimestre	0,00	2.805.333,14	0.00 %
3º Bimestre	0,00	2.866.654,10	0.00 %
4º Bimestre	0,00	0,00	0.00 %
5º Bimestre	0,00	0,00	0.00 %
6º Bimestre	0,00	0,00	0.00 %
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>7.892.835,57</b>	<b>0.00 %</b>

# Município de Galvão

## Estado de Santa Catarina

Avenida Sete de Setembro, 548 - Centro - 89838-000  
CNPJ. 83.009.902/0001-16

### Ações Desenvolvidas

No terceiro bimestre o setor de controle interno buscou junto aos setores cumprir prazo para o preenchimento dos 07 (sete) questionários para captar as informações necessárias à elaboração dos indicadores e resultados que compõem o índice de efetividade da gestão municipal - IEGM/TCESC-2021.

No dia 26 de maio de 2021, foi realizada audiência pública para avaliar o cumprimento das metas fiscais, do primeiro quadrimestre de 2021.

Encaminhamento de e-mails a diversos setores do Município, com comunicados de proibição de contratar com empresas divulgadas pelo TCE - SC.

Acompanhamento e auxílio dos cadastros das rubricas do e-Social, que seja enviado no mês de julho.

Resumo da autoria realizada no setor de tributação:

Foi encaminhado ao setor de tributação questionário referente aos trabalhos realizados no setor, o qual foi respondido pelo servidor Alan Paulo, ocupante do cargo de fiscal de tributos.

Essa auditoria foi realizada por amostra, tendo como base os meses de janeiro, fevereiro e março de 2021.

A auditoria tratou da verificação da ordenação dos atos e registros do setor de tributação e a verificação da ordenação dos atos e registros de tributação.

Para obter as evidências adequada para a conclusão dos trabalhos, foram utilizadas as seguintes técnicas de auditoria: indagação oral (entrevista), análise documental, questionário respondido pelo responsável do setor, pesquisa em legislação municipal, entre outros.

A auditoria interna completa foi encaminhada por e-mail para os setores: contabilidade, tributação e prefeito municipal no dia 22 de junho de 2021.

Emissão de pareceres do setor de recursos humanos sobre as admissões.

Outros trabalhos pertinentes ao setor de controle interno.

# Município de Galvão

**Estado de Santa Catarina**

Avenida Sete de Setembro, 548 - Centro - 89838-000  
CNPJ. 83.009.902/0001-16

Galvao(SC), 19 de Julho de 2021

---

Alessandra Paula Querino Bernardo

Controle Interno